

ATA NÚMERO 15

Sessão Ordinária de 27 de abril de 2024

-----Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às oito horas e trinta minutos, com a seguinte ORDEM DO DIA: -----

1. **Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento; -----
2. **Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao segundo semestre de 2023** - (Registo n.º 2832/2024/04/11) – Para conhecimento; -----
3. **Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2023** – (Registo n.º 2818/2024/04/11); -----
4. **2.ª Alteração (Revisão) Orçamental Modificativa** - Inclusão de novos projetos e reprogramação das GOP's 2024, repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual; retificação de classificações orçamentais - (Registo n.º 3011/2024/04/16); -----
5. **Contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aquisição de terrenos para zonas de acolhimento empresarial** - (Registo n.º 1952/2024/03/11); -----
6. **Designação dos júris dos procedimentos de recrutamento, seleção e provimento de cargos de direção intermédia do Município de Amarante** – (Registo n.º 2926/2024/04/15); -----
7. **Desafetação de parcelas de terreno do domínio público municipal** - (Registo n.º 11336/2023/12/28); -----
8. **Reconhecimento de interesse público municipal** – Requerente: Quartos de Lobos, I.T.I., Unipessoal, Lda. - Local: Quinta de Pousadela – União das Freguesias de Olo e Canadelo - (Registo n.º 219/24 CIM); -----

9. **Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações** | Relatório anual
| 2023 – (Registo n.º 1472/2024/02/23) – Para conhecimento; -----

10. **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas** –
Relatório de avaliação do ano de 2023 – (Registo n.º 2842/2024/04/12) – Para
conhecimento. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da
Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da
Silva Macedo, como Primeiro Secretário, e Sara Moreira Machado, como Segunda
Secretária.-----

-----Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes
membros: -----

-----Maria de Lurdes Pinheiro Coelho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira,
Pedro Manuel Pinto Ribeiro, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires
Zoio, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sara
Luísa Magalhães Maia, André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães, Joaquim
Magalhães Teixeira, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Sara Moreira Machado,
Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Simone Guedes de Oliveira,
Carlos Alberto Freitas Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira
Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Bastos
Batista, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, José
Luís Mesquita Peixoto, José Augusto Oliveira Araújo e Zita Graça Teixeira Pereira. --

-----Presidentes de Junta de Freguesia, ou seus/suas representantes: Ansiães –
António Fonseca Brandão; Fregim – Sandra Castro Fraga; Fridão – Cristina da
Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gondar – Hugo Vaz; Gouveia (São Simão)
– Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José
Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António
Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves;

Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Coelho; Vila Meã – Lino Manuel Macedo; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão – Américo Paulo Ribeiro; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Henrique Álvaro Pereira Seixas, Secretário; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – Albino Marinho Dias Pinheiro, Secretário. -----

----- Pediram a substituição, e/ou justificaram a respetiva falta, os/as senhores/as deputados/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto (substituída por Maria de Lurdes Pinheiro Coelho), Ercília Gonçalves Costa (substituído por Pedro Manuel Pinto Ribeiro), João Carlos Santos Leite, Carlos António Silva Carvalho (substituído por Joaquim Augusto Teixeira), Estefânio Cirilo Sousa Pinto (substituído por Inês Brochado Marinho Bastos Batista), Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos (substituída por José Luís Mesquita Peixoto), os/as senhores/as presidentes de junta de: Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Monteiro; União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho. -----

----- A Câmara Municipal fez-se representar pelo senhor Presidente, José Luís Gaspar Jorge, e pelos/as senhores/as vereadores/as: Hugo Miguel Costa Carvalho, António Jorge Vieira Ricardo, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Sílvia Isabel Brochado Araújo, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Ana e Carlos Manuel Azevedo Pereira. -----

----- Seguidamente, após verificação do quórum, pelas nove horas, o senhor

Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, passando de imediato ao -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----De imediato, nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, procedeu-se à apreciação e votação da ata n.º 13, respeitante à sessão ordinária de 16.02.2024, tendo o senhor Presidente da Assembleia pedido dispensa da sua leitura em voz alta, uma vez que a mesma foi previamente disponibilizada na plataforma informática. Inscreveram-se para usar da palavra: o senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, pedindo para fazer uma correção no texto da sua intervenção, a página 26; o senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, solicitando correção do texto das suas intervenções, a páginas 16, 32, 33 e 34. Efetuadas as correções, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação da ata, por terem estado ausentes da respetiva reunião, os/as senhores/as: Cândido Augusto Pires Zoio, Joaquim Augusto Teixeira, Pedro Manuel Pinto Ribeiro, Inês Brochado Marinho Bastos Batista, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Presidente da Junta da União das Freguesias de Amaranate (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, Henrique Álvaro Pereira Seixas, Secretário da Junta da União das Freguesias de Olo e Canadelo, e Albino Marinho Dias Pinheiro, Secretário da Junta da União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa. -----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão, de acordo com a alínea b), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento. -----

-----De seguida, nos termos da alínea c), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, o senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da entrada na Mesa de

um Voto de Pesar subscrito por todos os representantes dos grupos políticos municipais e do grupo de cidadãos "Juntos por Ansiães, pelo falecimento do senhor Manuel Antunes de Magalhães, que foi Presidente deste órgão, do seguinte teor: ---

----- "Voto de Pesar"-----

----- Os Grupos Municipais e o Membro Independente da Assembleia Municipal de Amarante propõem um VOTO DE PESAR pelo falecimento de Manuel Antunes de Magalhães. -----

----- Aos 16 dias do passado mês de fevereiro, faleceu Manuel Antunes de Magalhães, homem íntegro e dedicado que, ao longo de toda a sua vida, sempre se disponibilizou a servir a comunidade amarantina. -----

----- Personalidade única do panorama social e político do concelho e dono duma sempre presente simpatia e atenção para com o outro, permanecerá, seguramente, na memória de todos aqueles com quem se cruzou ao longo da sua vida. -----

----- Homem exemplar e solidário, prestou inúmeros serviços às associações e cidadãos que a ele recorriam apenas movido pelo lema de toda a sua vida - servir! -

----- No âmbito da política local, fica gravado o seu constante amor à nossa terra, consubstanciado pelo desempenho exemplar como presidente da Assembleia Municipal, entre 1982 e 1985, e também enquanto candidato à Câmara Municipal de Amarante, em 1989.-----

----- É, assim, grande o sentido de perda comum a toda a comunidade, apenas confortado pela memória da amabilidade e retidão com que sempre Manuel Antunes de Magalhães presenteou todos os amarantinos, sem exceção. -----

----- Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:-----

- Aprovar o presente "VOTO DE PESAR" pelo seu falecimento; -----
- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências; -----

- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem. -----
-----Amarante, 27 de abril de 2024.”-----
-----Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos/as 47 membros que compõem a Assembleia Municipal. -
-----Foi cumprido um minuto de silêncio, na sequência do voto de pesar. -----
-----Seguidamente, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (n.º 3, artigo 17.º do Regimento). -----
-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu nota de que rececionou uma petição emanada da Assembleia de Freguesia de Gondar, no dia 24 de abril de 2024. Após análise da mesma, concluiu que não reunia os pressupostos para ser presente a esta sessão, pelo que, depois de conversar calmamente com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, Hugo Vaz, este referiu que ele mesmo apresentaria uma proposta de recomendação, enquanto membro da Assembleia Municipal, por inerência do cargo de presidente de junta. A mesma petição já fora enviada à Câmara Municipal, o órgão com competência para tratar do assunto nela referido, sendo que o mesmo já estaria a ser resolvido, de acordo com informação da Câmara Municipal.-----
-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----
-----**O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----
-----“Vou fazer três ou quatro notas sobre a cerimónia do 25 de Abril, para dizer que fiquei satisfeito pelo facto de o Município de Amarante ter realizado esta cerimónia. Foi uma cerimónia simples, singela, mas significativa. Nós vivemos numa democracia representativa e os eleitos de Amarante estiveram positivamente neste ato. -----
-----A segunda nota é para o Senhor Presidente da Câmara e dizer-lhe que

valorizei muito - disse-o dentro do meu partido, aquando dos trabalhos de preparação destas duas assembleias -, o convite que fez ao primeiro eleito local do Partido Socialista, o senhor vereador Hugo Carvalho. A democracia constrói-se assim. Num tempo rude, áspero e perigoso, confundir as coisas é também muito perigoso. E, por isso, todos nós temos o dever de a construir; construir uma democracia positiva neste tempo difícil. Para que não se confunda, como fez a formiga, que, em cima do elefante, pensava que fazia tanto pó como ele. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, agora, para entrar mais propriamente naquilo que é a atividade da Câmara, gostava de colocar algumas questões. Primeiro, dizer-lhe que o trilho que está agora a ser construído - que tive a oportunidade de o ir lá visitar e percorrê-lo - é um trilho absolutamente fabuloso, que eu valorizo também, assim como o outro das azenhas. Na minha opinião - e eu sou muito suspeito porque vivo naquela área - é um trilho muito bonito. E, nesse sentido, senhor Presidente, acho que nós devíamos também fazer uma intervenção profunda na praia Aurora. A praia Aurora tem mais tempo de existência que a democracia e, por isso, é altura de nós fazermos uma intervenção profunda e com segurança naquela área, que muito diz aos munícipes de Amarante. -----

----- Depois, vou falar de três questões que nós temos vindo aqui a aflorar. Nós achamos que, muitas vezes, o Município está mais virado para fora do que para cuidar dos que estão cá dentro. Dou três exemplos: continuamos com a rede viária muito difícil, nos acessos à cidade de Amarante. E reparem, em maio vamos ter concluída a EN15, de Penafiel à Ponte do Pego, mas falta este troço que é muito importante, entre os estaleiros de Amarante e a Ponte do Pego e é necessário resolver isto. É necessário termos também a resolução de estrada de Amarante a Vila Caiz. É necessário que o acesso à cidade tenha uma solução. É necessário que a biblioteca tenha uma solução. Sinto que as piscinas, têm de ter uma solução. E muitas vezes,

em coisas do dia-a-dia, os amarantinos que cá vivem são nitidamente prejudicados e, por isso, gostava de deixar estas recomendações, no sentido de nós abreviarmos um caminho para que possamos resolver as mesmas." -----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Sobre a intervenção do senhor deputado José Joaquim, antes de mais, agradecer-lhe as palavras que me foram dirigidas. E sei que são sentidas, até pela amizade que temos, de longa data. E dizer que, relativamente à intervenção e às sugestões que me fez, eu só posso concordar com todo aquilo que acabou de dizer.

-----Com certeza que a rede viária, as piscinas e a biblioteca são efetivamente situações de preocupação e que tudo irei fazer para as resolver. Claro que isto vai ficar caro, como sabe. Estamos a tentar algumas soluções construtivas. Aliás, um dos senhores deputados até já fez uma sugestão, de que quando não se pode fazer tudo, fazer algumas partes, com critério. Sinceramente, eu próprio também fico incomodado com essa situação. Relativamente à praia Aurora, eu incluiria aqui a praia da Senhora do Vau. E digo aos senhores deputados que nós já temos isso em empreitada. Aliás, tanto uma praia como a outra vão ser requalificadas e bem requalificadas. Acontece, porém, que nós temos aqui um problema, com o nível das águas. Aliás, julgo que todos os senhores deputados já terão constatado que nós estamos com um problema grave, em que o caudal oscila muito. Num período muito curto, cerca de uma hora a uma hora e meia, a oscilação pode ser de 1 m a 1,5 m. Efetivamente isto pode conferir um perigo para as pessoas que frequentam o rio. Aliás, nós já tivemos testemunhos, os bombeiros também já nos fizeram chegar essa informação. Por exemplo, no ano passado, no verão, um pescador que foi surpreendido pela subida das águas e teve de ser resgatado pelos bombeiros. Isto no verão, que antes era impensável, nunca nos aconteceu algo semelhante. Ainda

ontem, aqui na zona destes passadiços, junto à ponte, os passadiços estavam submersos, o que não acontecia antes, nesta época. Eu já pedi à APA para que eles, com a responsabilidade que têm - e fiz-lhes chegar, inclusive, um relatório de um primeiro incidente que aconteceu com os passadiços, em que, quinze dias antes tinham sido submersos, com a subida natural da água e nada aconteceu, e, quinze dias depois, com muito menos intensidade de chuva, aconteceu que aquilo foi tudo arrancado e até tivemos que mudar o sistema de amarração dos passadiços. Mas a questão é que não é suposto que a água ganhe tal velocidade, ainda por cima, com movimentos contrários àquilo que era a sua natureza e que, neste momento, está a danificar muito daquilo que são coisas naturais, muros e árvores estão a cair, devido à velocidade que a água ganha e isto é perigoso. Acho que é um motivo de apreensão, que não vai ter solução fácil. Mas, respondendo objetivamente ao senhor deputado José Joaquim, dizer que sim, a praia Aurora é uma das prioridades; o projeto está feito, pena que a obra não esteja já feita, porque estávamos à espera de condições para o fazer, como também é o caso da conclusão do trilho da Nossa Senhora do Vau.”-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----**O Senhor Acílio Silva, que proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me, antes de prosseguir com a intervenção que deveria ter sido proferida há dois dias atrás, de expressar a minha tristeza. No dia em que celebramos a liberdade, na casa da democracia amarantina, foi com pesar que observei a ausência de oportunidade para que o público aqui presente se pudesse ter expressado. Ao analisar o Regimento, com olhos de um leigo, deparei-me com o artigo 16.º, número 2, que, estou certo, é do profundo conhecimento de V.ª Ex.ª.-----

-----Agora, se me permite, senhor Presidente da Assembleia, tomo a liberdade para refletir acerca do significado histórico do 25 de Abril de 1974. Embora não tenha vivenciado diretamente esse dia, pela minha tenra idade, sou profundamente grato pelo valor da liberdade que essa data nos legou, como assinalado pelo nosso venerável General Ramalho Eanes. Este dia representa o início da nossa democracia, contudo, é imprescindível recordarmos que, o 25 de Novembro foi igualmente decisivo na consolidação dessa mesma democracia.-----

-----Enquanto celebramos o cinquentenário do 25 de Abril, é crucial também recordarmos os 579 dias que culminaram no 25 de Novembro, em 1975, um período árduo na história portuguesa, caracterizado por lutas intensas e um “verão quente” de sacrifícios. Historicamente, é arriscado dissociar estes dois marcos, pois uma compreensão integrada e abrangente da nossa história permite-nos extrair lições do passado e prevenir a repetição de erros anteriores. Reconhecer o 25 de Abril e o 25 de Novembro como parte de um processo contínuo é fundamental para uma plena apreciação da trajetória democrática de Portugal.-----

-----Antecipando o cinquentenário do 25 de Novembro, que coincidirá com o período de eleições autárquicas, e prevendo uma transição no executivo autárquico, devido à limitação de mandatos que a lei determina, aproveito esta oportunidade para agradecer ao senhor Presidente da Câmara pela dedicação e trabalho diligente realizado, embora reconheça que nem todas as necessidades foram plenamente atendidas, é incontestável que as realizações excederam aquelas de muitas gestões precedentes à esquerda nesta autarquia.-----

-----Para concluir, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, e com receio que uma data de tão significativa importância venha a ser esquecida, questiono sobre quais os planos para as comemorações do cinquentenário do 25 de Novembro? Seria proveitoso assegurar que esta data seja devidamente celebrada e lembrada.-----

----- **O Senhor António Adelino, que proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Tal como falava o senhor, antes de mim, era também para saber que explicação é que o senhor dava para ter vedado a entrada do público nas comemorações do 25 de Abril?-----

-----A seguir, associo-me à homenagem ao Senhor Manuel Antunes e contar-vos um episódio. Há gente que chega ao deslante de cumprimentar os colegas e amigos de mãos nos bolsos, ou estende uma mão e mantém a outra no bolso. Comigo, ele se fosse do outro lado da estrada, com o seu sobretudo característico, mais no frio, chegava ao ponto de, ao passar por mim, talvez receando que não o ouvisse, tirava a mão do sobretudo e cumprimentava-me, acenando. -----

-----E as questões propriamente ditas, que me trazem aqui, são as seguintes:--

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal, tem novidades relativamente à casa onde nasceu Teixeira Pascoaes? -----

----- Sobre aquele problema da Pousada do Marão, há desenvolvimentos? Ou então, chamar aqui a pessoa que trouxe aqui o caso, que é o Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, se nos pode contar algo de novo. -----

----- Na altura da homenagem ao antigo Bispo de Nampula, Dom Manuel Vieira Pinto, ficou mais ou menos acordado que iria ser atribuído o nome de uma rua ao homenageado. Falou-se também da criação de uma fundação, não sei se da iniciativa família, em parceria com a Câmara Municipal, ou se teria sido mesmo a Câmara Municipal a tomar a essa iniciativa. -----

----- Quanto aos lixos e tratamento de jardins, Senhor Presidente da Câmara, o caso das águas foi uma diretiva da União Europeia, para que os municípios tivessem acesso aos fundos e sendo associados só assim era viável. No caso dos lixos e da jardinagem, é também uma imposição da União Europeia? -----

----- Quanto às águas e ao problema aqui referido pelo Senhor Presidente da

Junta de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), sobre uma medida prepotente, onde quem tem água dos poços terá de fazer canalizações novas, eu pergunto: eles fazem o trabalho de casa? Eles receberam os apoios da União Europeia e estão a aplicá-los na substituição das canalizações? E quem é que fiscaliza esse trabalho? No caso do preço da água, aqui há uns tempos, o Jornal de Notícias trazia uma tabela dos preços da água em todo o país e nós éramos o concelho onde a água tinha o valor mais alto, para um consumo de 120 m³ por ano, incluindo, portanto, o saneamento, lixos, em Amarante pagava-se 470€/ano, ao passo que Vila Nova de Foz Côa pagava apenas 94€.

----- Ora, se a Câmara Municipal faz parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses e pertence à Comunidade intermunicipal do Tâmega e Sousa, tem feito o seu trabalho de protestar e exigir que esses preços baixem? Os preços devem ser regulamentados, mais ainda quando se trata de um bem essencial.”

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**

----- “Também agradeço as palavras relativamente à minha pessoa. Quanto ao 25 de novembro de 2025, neste momento, ainda não temos nada planeado, nem pensado, assim como, há um ano e meio, também não tínhamos nada preparado para os cinquenta anos do 25 de Abril. Com certeza que vai ser uma data que tanto a Assembleia como a Câmara Municipal irão tentar preparar um programa com a dignidade que ela merece.

----- Sobre outras questões que me foram colocadas, para algumas ainda não tenho novidades. Relativamente à casa onde nasceu Teixeira de Pascoaes, depende da Associação Marânus. Já manifestei este meu desagrado, já o disse aqui antes. Temos um projeto pronto há muitos anos, inclusivamente, já tivemos financiamento para a obra, no âmbito do Programa 2020, tendo caído por duas vezes. Quando

quiserem entregar, entregam, quando cair caiu, a responsabilidade não é desta Câmara. Pelo menos, se não querem entregar, já agora fica aqui o recado, a quem de direito, tenham a dignidade de lá fazerem obras. Assim, não estão a dignificar a causa pela qual foi criada a Associação Marânus, que foi, efetivamente, honrar Teixeira de Pascoaes. -----

----- Sobre a Pousada do Marão, não tenho novidades. Sei que está à venda, por valores impraticáveis e, portanto, a Câmara Municipal não tem capacidade. Não sei se algum privado terá a ousadia de adquirir aquilo, por tanto dinheiro. -----

----- Quanto à questão do antigo Bispo de Nampula, a fundação, a ser criada, acredito que seja por privados, não será pela Câmara Municipal. -----

----- Relativamente às tarifas da água, quem as fixa é a empresa Águas do Norte e não tem nada a ver com a Câmara Municipal. Aliás, a Câmara Municipal opôs-se a esse aumento. Não só a Câmara Municipal de Amarante, já o disse numa intervenção, agora há mais câmaras que também estão insatisfeitas com o evoluir desta situação. Disseram aqui uma coisa que, enfim, é verdade, nós fomos todos enganados. Ainda noutro dia, falava com o senhor vereador Carlos Pereira, porque se lembra bem daquilo que foi aqui dito, em que se dizia, não estava escrito, mas foi a interpretação que foi feita, de que os quadros comunitários só poderiam utilizados para quem estivesse numa estrutura destas. Acontece, porém, que toda a gente tem feito candidaturas e nós temos sido prejudicados, porque se a água fosse da Câmara Municipal nós podíamos ter feito muitas candidaturas. Vai ser agora, neste Portugal 2030, porque nós já temos três milhões de euros que são nossos. Se fosse a Câmara Municipal a gerir o dinheiro seria todo investido cá e poderíamos alavancar investimento. Acontece que, como sabem, já foi aqui dito que, por parte da Águas do Norte não há investimento do grupo, a não ser com os quadros comunitários, ou a não ser que haja uma revisão da tarifa, que já é das mais altas do país. Imaginem

o que é nós agora dizermos que façam uma conduta, mas ter de aumentar a tarifa. Isto não pode ser, não é sério.-----

-----Aliás, há três semanas atrás, disse à senhora Vice-Presidente das Águas do Norte, em que estava também o senhor Vice-Presidente da APA, na Câmara de Matosinhos, em que eu falei exatamente que estamos a estudar a questão do que tinha sido o acordo inicial, de, em cada quinquénio, fazer investimento. Eu já disse isto não sei quantas vezes e até me cansa repetir, mas nunca é demais lembrar. Também foi dito aqui, nesta sala, em que estava o senhor Presidente da Águas do Noroeste, a falar do investimento em cada quinquénio e agora os quinquénios já não existem, só existiu o primeiro. A partir daí, durante 45 anos, como sabem, não há, segundo ele.-----

-----Eu acho que está errada a interpretação da lei. Interpretam que não têm de fazer mais investimento em nenhum quinquénio a seguir, porque só era no primeiro. Foi o que disseram, que foi o acordo que foi assinado e o meu entendimento é que isto é abusivo. Quando nós falamos do primeiro quinquénio, pressupõe que nos outros quinquénios continua a haver investimento. Não vamos ficar agora aqui mais 45 anos sem investimento. Mas é assim que estamos. Aquilo que estou a fazer é tentar ver se conseguimos resgatar as águas, que seria uma coisa boa, ou então que as regras mudassem. Enfim, ou uma coisa ou outra."-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Cunha, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Antes de encerrar o período de intervenção do público, quero só lembrar uma coisa que acho importante. O 25 de Novembro é uma data histórica do nosso processo democrático. Naturalmente que eu, neste momento, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, entendo que o cinquentenário daquela data deve ser bem tratado. Mas quero lembrar que, no dia 25 de novembro de 2025, provavelmente, as

 pessoas que estão aqui poderão já não estar, porque há eleições autárquicas antes
 dessa data. Portanto, é preciso deixarmos o trabalho feito, mas eventualmente as
 pessoas que cá estarão, seja quem for, naturalmente, farão o trabalho que têm que
 fazer." -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da
 ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação. -----

-----Lembrou que a todos os pontos se aplicavam os tempos referidos na grelha
 B, excetuando o terceiro, ao qual se aplicaria os da grelha A. -----

-----Nesta fase da reunião, a primeira secretária, Sara Machado, ausentou-se
 temporariamente da sala, sendo chamado para a substituir o senhor deputado José
 Luís Peixoto. -----

1. Relatório de atividades e situação financeira do Município – Para
 conhecimento; -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político
 Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, para
 dizer que, relativamente à barragem, as coisas que disse, para mim, também não
 são nenhuma novidade. Nós, o PS, aliás, em devido tempo, politicamente, colocou
 isto em cima da mesa. Mas há questões fundamentais que têm de ser sublinhadas,
 nomeadamente, o estudo de impacto ambiental caducou e devia ter sido feito porque
 as condições, por motivo de a barragem de Fridão não ter sido construída.

Que tipo de água vamos ter? Que qualidade de água vamos ter? É urgente sabermos
 isto, não é só a qualidade, é também a quantidade de água que vamos ter depois de
 a barragem de Daivões estar a funcionar a 100%. Isso preocupa-me muito, hoje e

no futuro, porque a água é um elemento essencial. Sempre será, e no futuro ainda mais, para a vida dos seres humanos e dos seres vivos em geral. -----

-----O PDM foi suspenso. E julgo que houve aí uma verba relativamente à suspensão do PDM, mas aquela zona foi nitidamente prejudicada. Disso não tenho absolutamente dúvidas nenhuma. -----

----- Senhor Presidente, relativamente ao relatório, queria fazer-lhe duas ou três perguntas, ou pedidos de esclarecimentos adicionais. Do que é que se trata o projeto do parque de estacionamento na florestal e o parque multifuncional da florestal? ---

----- Trago aqui mais dois assuntos ao senhor Presidente, o primeiro dos quais é este: eu tive a informação de que o cemitério de Amarante está numa situação difícil, do ponto de vista da gestão. Ou seja, neste momento, diminuiu-se para o mínimo a possibilidade de fazer novos enterros. Eu pergunto se é verdade essa informação que eu tenho e se há algum plano para combater esta situação? Depois gostava de dar esta nota, que é uma nota importante e que me diz algo diretamente a mim, que frequento aquela estrada. Entre Amarante e Fridão há, neste momento, e bem, um projeto de saneamento que está a ser feito pelas Águas do Norte. Só que aquilo, além de se estender muito no tempo, é um calvário autêntico para quem tem de passar por lá. É uma coisa inacreditável e, por isso, quero dizer-lhe que, para além de todas as intervenções nas nossas viaturas, nos últimos sete ou oito anos, nós andamos aqui a gastar mais gasolina e a destruir os carros. Eu acho que aquilo está sem rei nem roque, dada a forma como os trabalhos estão a ser geridos naquela obra. E, por isso, os utentes, e não são poucos os que usam aquela estrada, têm o direito de ver as suas vidas facilitadas. É um pára-arranca, depois estende-se as obras em cerca de 1,5 km e nós andamos ali constantemente a ser massacrados com esta situação. -----

-----E como não tenho mais nada importante para dizer, agradeço a vossa

atenção.” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Relativamente ao parque florestal, eu julgo que já terei dado conhecimento de uma visita que fizemos à florestal, com o ICNF, em que participou o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, em que estivemos a definir alguns equipamentos e alguns investimentos que são necessários fazer naquela zona. Uma delas é fazer ali um parque de estacionamento, junto às piscinas, num campo imediatamente a seguir, que agora até já tem estacionamento, mas subsiste a dúvida se é municipal ou do ICNF. Eu julgo que é da Câmara, mas, se não for, tanto faz. Enfim, logo que nós possamos requalificar aquele espaço e depois o outro imediatamente a seguir, é nossa pretensão fazer – e já temos o projeto pronto, minimalista, que vai ter muitas árvores e vai ser feito com material drenante - um parque de estacionamento que permite albergar mais cento e cinquenta viaturas e também autocarros, porque agora, cada vez mais, naquele lado da cidade, vêm muitos autocarros e é importante que haja ali parqueamentos. Estamos à espera da autorização para podermos avançar. É um bocado como o que nós fizemos na Costa Grande, um parque mais natural, mais verde, mas que permita mais parqueamento. A nossa ideia é dividir a cidade em quatro quadrantes. Nós já fizemos dois parques em dois quadrantes. Fizemos o da Costa Grande e fizemos o das Bucas; e agora falta fazer os outros dois – o da florestal e a outra ideia é fazer ali no jardim Baden Powell, confinante com as Termas, um parque enterrado, com capacidade para cerca de cento e cinquenta lugares de estacionamento. Acredito que se este parque for feito, resolve vários problemas. Primeiro, o do Mercado, segundo, do tribunal e terceiro, o da Alameda. Porque, como sabem, esta Alameda vai deixar de ser parque de estacionamento. Não

é aceitável que continue a ser parque estacionamento e, portanto, vai ser uma Alameda para as pessoas e não para os carros. É esse o nosso propósito, é este o estudo que temos de avaliar. Tem tudo a ver com a dimensão financeira e se é feito ainda durante este mandato ou será feito no mandato seguinte. Portanto, eu julgo que isto responde à sua questão. Quanto ao ponto de situação do cemitério, neste momento, é uma situação preocupante. Temos poucas sepulturas, apesar da cedência de algumas, por parte da Paróquia de São Gonçalo. Nós temos duas soluções. Julgo que foi para aí no mês passado, quando estávamos a rever a questão plano de urbanização de Amarante, que dentro em breve será também aqui discutido - quem está a trabalhar connosco é uma equipa do senhor Eng.º Lameiras -, foi apresentada uma solução interessante. E nós também estamos a tentar adquirir o terreno ao lado do cemitério, onde tem uma casa amarela, estamos a tentar comprar esse terreno. É um terreno muito caro, porque é um terreno urbano, que dá para construção e com índice, portanto, não é propriamente barato. Mas, respondendo objetivamente à sua questão, é uma preocupação e, já agora, já tem algum tempo e nós estamos bem cientes delas. -----

----- Quanto às obras na via entre Amarante e Fridão, tem a ver com a conduta que foi feita por parte das Águas do Norte e o que está tratado com a empresa é que, no final da empreitada, vão levantar metade da faixa e requalificá-la onde vai passar a referida conduta. Portanto, mal acabe, julgo que será isso o que vai ser feito.”-----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Senhor Presidente, é só para dar duas informações importantes. Não sei, Senhor Presidente, se tem passado por lá. Aquilo não dá para metade da faixa, porque aquilo está em ziguezague. Entra de um lado e sai do outro e, por isso, temos de acautelar essa situação. A estrada, na minha opinião, vai ficar um caos. Mas, pior

do que isto, neste momento, é a gestão do trânsito que fazem lá. Veja só, já me aconteceu a mim e a outras pessoas, em que abriram um semáforo e ficamos todos parados, porque do outro lado também abriram o semáforo. Ou seja, isto tem de haver algum cuidado na gestão daquela obra e acho que o Município, presumo que só pode fazer fiscalização, não estou a imputar aqui uma responsabilidade acrescida, mas devem fazê-lo porque senão qualquer dia vai haver uma chatice. Aquilo é um sítio difícil e vai haver uma chatice grande.” -----

-----O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

2. Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao segundo semestre de 2023 - (Registo n.º 2832/2024/04/11) – Para conhecimento; -----

-----Foi dada a palavra ao senhor Dr. António Anjos, representante do auditor externo, que proferiu a seguinte intervenção: -----

-----“É com satisfação que apresentamos o relatório com uma síntese da auditoria produzida pelo auditor externo do Município, a sociedade “Anjos & Associados – SROC, LDA, que represento, que muito dignifica a prestação de contas.

-----Em conformidade com as disposições legais regulamentares, já foi apresentada a certificação legal das contas, o relatório do parecer do auditor, o relatório de informação sobre situação económica e financeira, referente às contas do Município de Amarante, do exercício que estamos a apreciar, 2023.-----

-----Relativamente à contabilidade orçamental. Quanto à execução orçamental da receita, no total de 49,973 M€, sendo 39,452 M€ de receita corrente e 10,521 M€ de receita de capital; o grau de produção geral de receitas foi de 97%. -----

-----Em termos de gestão orçamental da despesa, no total de 46,325 M€, sendo 34,036 M€, de despesa corrente e 12,289 M€ de despesas de capital; o grau de

execução orçamental foi de 90%.-----

-----No que concerne à análise da situação económico-financeira a estrutura de rendimentos, demonstra que 50% dos rendimentos resultam de transferências e subsídios correntes obtidos, onde assume relevo preponderante essa transferência de ativos aos fundos provenientes do orçamento do Estado. -----

-----As receitas próprias nas suas principais componentes representam 33%, assim desagregados: impostos, contribuições e taxas, 23%, totalizando 10,354 M€; prestação de serviços e concessões, 10%, totalizando 4,517 M€; e vendas de bens 0,15%, 66.000 €. Os outros rendimentos têm um peso na estrutura de 11,44%, totalizando 5,095 M€, respeitando essencialmente a imputação de subsídios e transferências para investimentos. Se tiverem alguma dificuldade sobre estas grandezas, eu explico. Isto é mais uma questão técnica, digamos assim, do que propriamente *cash*, digamos assim. -----

-----No que respeita à estrutura de gastos, estamos agora a falar na vertente económica, as rubricas que detêm maior peso no total dos gastos e perdas são as seguintes: fornecimentos e serviços externos, ou seja, para os fins operacionais do Município, representam 29% dos gastos, totalizando 12,506 M€; os gastos com pessoal representam 37%, perfazendo 16,095 M€; as depreciações e amortizações 16%, totalizando 7,049 M€; a transferência dos subsídios concedidos tem um peso na estrutura de gastos de 12%, perfazendo 5,299 M€; o custo das matérias consumidas respeitam, essencialmente, ao consumo de combustíveis, com um peso de 3%, perfazendo a quantia de 1,275 M€; os outros gastos representam 1,3%, ou seja, 566.000 €. Por último, os gastos relativamente a juros e gastos similares têm um peso na estrutura de gastos de 2%, totalizando 866.000€. Decorrente dos rendimentos e gastos anteriormente descritos, o resultado líquido do Município no ano de 2023, foi positivo, em 828.000 €. Sendo que, numa lógica de decomposição

desse resultado, resultado antes das depreciações, gastos de financiamento, designado de EBITDA, 8,719 M€; resultado operacional 1,670 M€; resultado líquido antes de impostos, é de 828.000€. No que respeita à análise da situação financeira do Município, esta centra-se nas rúbricas de dívidas a receber e dívidas a pagar, posicionadas a 31.12.2023, a totalidade das dívidas receber é de 1,098 M€. As dívidas a pagar, em 31 de dezembro de 2023, totalizam 24,443 M€, com o seguinte detalhe, ou seja, vencidas no ano seguinte: no ano de 2024, que está a decorrer, totalizam 3,363 M€, destacando-se fornecedores gerais; conta corrente, 317.000€, fornecedores de investimento, 250.000€, financiamentos obtidos, a curto prazo, 2,196 M€; no que respeita ao médio-longo prazo, perfazem 21,080 M€, com a seguinte desagregação: financiamentos obtidos 18,841 M€ , a fornecedores de investimento, 250.000€ e cauções 1,989 M€. No que respeita ao relatório de situação económica e financeira, tendo presente a análise do endividamento municipal, nos termos da Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro, com a alteração introduzida pelo artigo terceiro da Lei nº 29/2023, de 04 de julho, conclui-se que o Município, em 31 de dezembro de 2023, apresenta uma dívida total de operações orçamentais de 20,266 M€ e uma margem absoluta de endividamento de 30,445 M€. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município, em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas.-----

-----Face ao exposto, o auditor externo é de parecer que a Assembleia Municipal aprove o relatório de gestão e as demonstrações financeiras e orçamentais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e a proposta de aplicação do total líquido do exercício, contida no relatório de gestão. Finalmente, o auditor externo

agradece aos serviços do Município e aos excelentíssimos membros do órgão executivo toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.”-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Cunha, agradeceu os esclarecimentos prestados pelo representante do auditor externo. ----

-----O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

3. Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2023 – (Registo n.º 2818/2024/04/11). -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**O senhor deputado Carlos Alberto Miranda, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Os documentos de prestação de contas do ano de 2023, que agora debatemos, têm obviamente uma forte componente técnica, mas, simultaneamente, refletem as opções políticas e estratégicas do executivo municipal, da coligação afirmar Amarante e, como tal, não posso esconder a satisfação que sinto ao analisar estes números que comprovam, de forma clara, a dinâmica realizadora deste executivo, alicerçada num ponto extremamente importante, que é uma situação financeira e orçamental equilibrada. A este respeito, cumpre salientar que o ano de 2023 reflete a manutenção das adversidades associadas a taxas de juro altas e também a instabilidade política que decorreu da demissão do governo socialista, no final do ano passado. No entanto, registaram-se também aspetos positivos a reter, como o controlo da pandemia, a estabilização dos preços dos produtos essenciais, que tinham sofrido aumentos significativos, em consequência da invasão da Ucrânia pela Rússia e também um relativo controle das taxas de inflação. Tudo isto são aspetos também positivos, no meio de alguns negativos, que antes referi. Neste contexto tão exigente é extremamente relevante realçar que foi cumprido o princípio

do equilíbrio orçamental que exige que a receita corrente bruta deva ser, pelo menos, igual à soma da despesa corrente, com a amortização dos empréstimos, sendo que, no final de 2023, o Município apresenta uma margem de, aproximadamente, 4,26 M€. E é relevante referir que, relativamente à execução orçamental, incluindo o saldo de gerência anterior, o volume de receita arrecadada situou-se perto 50 M€. Destaco também que foram liquidadas todas as faturas de fornecedores validadas, com entrada até 31 de dezembro. Ou seja, o Município terminou, novamente e como já vem sendo hábito, o ano sem faturas por pagar a fornecedores o que, para além de representar uma prova inequívoca da boa situação financeira municipal, representa também um forte contributo para o reforço da liquidez das empresas, num período que ainda deriva de uma situação realmente difícil. É de salientar também que o saldo orçamental que transita para 2024 ronda os 3,65 M€, o que faz também antever uma boa execução neste ano de 2024. É também relevante, como já foi aqui referido no ponto anterior, que o Município tem uma dívida ligeiramente superior a 20 M€, a 31.12.2023 e tem ainda uma margem de endividamento de 30 M€, dado que o seu limite de endividamento é superior a 50 M€. Neste contexto, verificamos também uma excelente execução orçamental, com cerca de 97%, no que diz respeito à receita, e aproximadamente 90%, relativamente à despesa. -----

-----O exercício económico de 2023 é marcado pelo encerramento do quadro comunitário do Portugal 2020 e por atrasos consideráveis naquilo que diz respeito à execução do novo quadro comunitário de apoio do Portugal 2030 e também do Plano de Recuperação e Resiliência. Mas, o facto de tardar a sua materialização, obriga naturalmente a que haja algum retardamento na execução de projetos, derivado a esse facto, que é negativo, obviamente. -----

-----É relevante referir que o que o Município já viu aprovada a sua estratégia local de habitação, que será objeto de financiamento, no âmbito do PRR, e, pese

embora tenha submetido várias candidaturas, efetivamente, devido aos atrasos que atrás referi, tal reflete-se na execução dos projetos. -----

----- É também relevante referir a importância do Portugal 2030, no qual existem também vários projetos que serão importantes levar a efeito. No entanto, o arranque deste importante instrumento também tem tido alguns constrangimentos. Neste segmento, eu gostaria de referir um aspeto que me parece também relevante para o Município, que é relativo ao programa que foi executado, do Portugal 2020. Desde a sua execução, em 2014, ou seja, já com a coligação Afirmar Amarante no poder, até ao encerramento do programa, em 2023, foram arrecadadas participações, de cerca de 26,5 M€, que é um número extremamente elevado e que se refletiu efetivamente em projetos que melhoraram a qualidade de vida, o bem-estar e o desenvolvimento da nossa terra. E acho que é importante, efetivamente, valorizar isso e demonstra, de forma cabal, a capacidade e proatividade deste executivo, ao longo dos seus mandatos, em desenvolver Amarante com inúmeras obras que me dispense aqui elencar para não ser demasiado maçador para os membros desta Assembleia. -----

----- E, naturalmente, para além de tudo isto que aqui referi, é importante elencar também que, em 2023, prosseguiu uma estratégia de requalificação da nossa cidade, nomeadamente nas freguesias, reforçaram-se investimentos que são obviamente importantes e o apoio às nossas freguesias, às nossas instituições sociais, culturais e desportivas e que foram, obviamente, aspetos muito importantes, na prossecução do programa desta coligação, no desenvolvimento da nossa terra.-----

----- Por isso, acho que é absolutamente indiscutível que Amarante está claramente no caminho do desenvolvimento e do progresso e, portanto, espero naturalmente que assim continue, pois estes números que aqui tive oportunidade de referir e juntamente com aquilo também foi dito no ponto anterior, permitem-nos

olhar para o futuro com bastante otimismo; cientes, naturalmente, dos desafios que Amarante ainda tem para vencer, mas mantendo a confiança na concretização do programa ambicioso de investimentos que está em execução na nossa terra e que certamente continuará a dar os seus frutos. -----

-----Portanto, senhoras e senhores deputados, é, pois, inequívoco que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Amarante e, neste sentido, naturalmente que o sentido de voto da bancada do PPD/PSD será o voto favorável e a aprovação do relatório de gestão e dos documentos de prestações de contas do ano de 2023.” -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Debatemos na Assembleia Municipal um dos documentos mais importantes da avaliação da atividade do nosso concelho - o relatório e gestão de contas, relativo ao ano económico de 2023. O orçamento é, naturalmente, um instrumento da política que dá tradução e visão estratégica às propostas programáticas de quem governa. E este é um documento que faz a análise da execução desse orçamento e importa observar os constrangimentos para a execução do orçamento e, ao mesmo tempo, a execução do mesmo. -----

-----Fazendo jus à mensagem do senhor Presidente, que cito “o quadro macroeconómico e social em que se desenvolveu a atividade do Município, em 2023, reflete o retomar de alguma normalidade, depois de controlada a pandemia, de estabilizados os preços dos produtos essenciais, que tinham sofrido aumentos significativos em consequência da invasão da Ucrânia pela Rússia”, quero então dar nota dessa normalidade. Ora, a normalidade seria a excelentíssima Câmara ter tido acolhimento de algumas propostas do PS, designadamente no que diz respeito ao

maior reforço de verbas a transferir para as juntas de freguesia, garantindo que assim pudessem levar a cabo mais facilmente as suas atividades, não tendo de estar constantemente com a ginástica diária dos parques orçamentos que têm para conseguir executar o que ambicionam. Contudo, e continuando essa leitura atenta da mensagem do senhor Presidente, que cito “conforme ano anterior, a execução orçamental de 2023 foi francamente positiva e o Município transitou para 2024 com saldo orçamental de 3,65 M€, indicador de uma situação financeira equilibrada”. Ora, se concordo que transitar saldo positivo de um ano para o outro é fundamental, e que o quadro referente à transição de saldos, que é uma fotografia do momento, a 31.12.2021, importa referir que o saldo a transitar para 2023 era francamente superior ao que transitou para 2024, em 2 M€. Isto porque a receita foi inferior à despesa. Mas, mesmo com esse saldo positivo, podíamos ter reforçado as verbas às entidades que referi anteriormente, as juntas de freguesia, por forma a garantir que aqueles parques recursos que têm pudessem ser aliviados, digamos assim, e pudessem ter melhor melhores atividades. Outro dado do quadro de análise, foi a evolução da receita das transferências vindas do poder central e das transferências correntes, com um aumento face a 2022, em cerca de 6,3%. Contudo, se formos fazer uma leitura do aumento, por comparação a 2020, estamos a falar de um aumento de transferências correntes de 31%. Ora, seria o tempo de dar o sinal de uma autarquia amiga do contribuinte e ter incorporado a proposta do PS, por exemplo, relativamente à entrega aos contribuintes amarantinos de 1% dos 5% da sua participação do IRS, atendendo a que, nesse mesmo quadro da receita, nós vemos um aumento de 12,6%, relativamente ao ano anterior, desta verba e, portanto, seria tempo, já que estão as contas tão sólidas, também de desonerar os amarantinos. Um quadro que também merece uma leitura atenta, na página 31, que são os principais indicadores orçamentais, apenas três resultados merecem algum

comentário e preocupação. É a redução da despesa e da receita *per capita*, que é um indicador interessante de análise. Só que, em relação a 2023, estes números são absolutamente dramáticos. A despesa do investimento *per capita* reduziu quase em 50%, em relação ao ano anterior. Quanto a essas mesmas despesas, verifica-se um aumento da despesa corrente, na rubrica de aquisição de bens e serviços, bem como o peso relativo dessa mesma despesa que ascende praticamente um terço da mesma, nas aquisições que tem naturalmente implícita a carga dos preços da energia. Mas, como referimos na discussão do orçamento, temos um especial enfoque na transição energética. -----

-----Nessa data e nesta, não verificamos, ainda, uma estratégia clara do Município e nenhuma ação clara que promova os ganhos efetivos dos custos energéticos. Não basta apontar com o aumento dos custos da energia, é fundamental encontrar alternativas que reduzam esses custos e a pegada ecológica. Uma grande preocupação que não é nova, devo dizer, é que a despesa corrente do Município já orça 73% do peso da despesa, ficando apenas um quarto da fatia do orçamento para despesas de investimento, sendo que a aquisição de bens de investimento tem vindo a decair, de ano para ano. E reparem que, em termos de despesa corrente, estamos num dos piores anos da história da democracia portuguesa, que foi 2019 e 2020, por causa da questão da pandemia. Portanto, nós estamos a ter uma despesa corrente de 73% do orçamento da Câmara, ficando pouco para o desenvolvimento. Outras notas que são de alguma preocupação têm a ver com o serviço da dívida, de 2,3 M€, dos quais 795.000€ só em juros, havendo um acréscimo deste serviço da dívida em 733.000 €, em relação ao ano anterior. Isto traduz que a autarquia tem recorrido demasiado ao crédito, mesmo para pequenas reparações e seria, se calhar, prudente, atendendo às taxas de juro elevadas que temos, que algumas das atividades fossem feitas com recurso a fundos próprios. Será, portanto, necessário um outro olhar para

a gestão do erário público do Município, acomodando as propostas que o PS vem trazendo a debate e que melhoram significativamente os orçamentos propostos pela coligação. É tempo de olhar para estes relatórios e construir os próximos documentos orçamentais, com a visão e ambição do PS, com a participação coletiva das juntas de freguesia, olhando também para as pequenas necessidades do presente, desde a rede viária, como aqui foi dito, de forma muito clara, pelo colega deputado José Joaquim, o cuidado de diversos equipamentos públicos, como é o caso da biblioteca, por exemplo, e outros, evitando a sua degradação, porque depois ficará muito mais caro essa requalificação. Mas, este documento reflete aquilo que são as opções da coligação Afirmar Amarante, que são legítimas, pois, tendo ganho as eleições, têm esse dever e, nesse sentido e fazendo também um acompanhamento daquilo que foi a nossa discussão do orçamento, o Partido Socialista vai abster-se na votação deste ponto.”- -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Só duas ou três breves considerações. A primeira, não quero que o senhor deputado me leve a mal, mas há aqui uma contradição, em dois dias, disse coisas completamente diferentes. Há dois dias, disse que nós não consultamos a oposição e, volvidos dois dias, diz que nós ouvimos a oposição e que acolhemos no orçamento propostas vindas do Partido Socialista. E é verdade, nós acolhemos propostas do Partido Socialista. E, como sabem, quem me conhece, não tenho problemas nenhuns em acolher boas propostas. E também sou daqueles políticos que entende que o diálogo é a melhor forma. Claro que nós, obviamente e como devem compreender, as senhoras e os senhores presidentes de junta, têm um canal direto com o senhor Vice-Presidente. E, obviamente, as senhoras e os senhores presidentes de junta também têm claramente um canal direto comigo. Portanto, muitas vezes, pode haver

aqui um erro de forma - e eu aceito isso eventualmente -, em vez de falar com as bancadas, falo por via dos senhores vereadores, porque nós somos muito poucos e não precisamos de andar aqui com coisas. O que interessa é tentar perceber qual é o alcance dos projetos e da vontade de algumas propostas vindas de todos vós. Portanto, só quero deixar esta nota de rodapé, dizendo que acho que há aqui dois discursos diferentes, mas cada um é que sabe como é que deve fazer as suas intervenções. Segunda nota, mais uma contradição. Não vou pôr em causa a análise que é feita, em termos financeiros, é factual, se temos 73% de despesas correntes, é o que temos; se liberta pouco para o investimento, é verdade. Bem, como é que nós queremos aumentar despesa se, efetivamente - e é um facto, que, em 2023, ouviram-me aqui muitas vezes a dizer o que foi a minha apreensão para preparar o orçamento de 2023, em que era preciso cortar milhões de euros no orçamento, para poder acomodar aquilo que era a inflação e se houve um equilíbrio, também é verdade que não houve deflação -, não baixaram os preços dos bens, que continuam muito elevados. E para a Câmara Municipal, igualmente, não fica isenta destas coisas. Por isso, é verdade, nós estamos aqui com algumas preocupações e apreensões relativamente ao investimento. Aliás, os senhores deputados, e bem - ainda há pouco eu dizia ao senhor deputado José Joaquim que me revia naquilo que eram as suas preocupações, porque é verdade - é preciso requalificar a EN 15; é preciso requalificar a estrada para Fridão; é preciso requalificar a biblioteca; é preciso umas novas piscinas; é preciso tanta coisa, mas, meus senhores, é preciso fazer tudo. O que nós fizemos está feito; ou agora, ou no passado, está feito. Para o futuro, é preciso fazer tudo. Será preciso fazer tudo, daqui por cem anos! É por isso que nós somos eleitos, de quatro em quatro anos, é para fazer. Agora temos é de fazer, mas com dinheiro; temos de fazer com programação. E posso ser acusado de tudo - e aceito que não concordem com aquilo que eu faço -, mas vocês sabem que eu tenho

planos. Tenho um plano para a indústria, tenho um plano para o ambiente, tenho um plano para a cultura, tenho plano para a mobilidade, etc. Eu trabalho com planos. Muitas vezes, um plano é uma orientação, depois vamos ajustando à realidade. Uma das realidades é a ordem financeira, meus senhores. Tomara eu poder chegar a tudo. Como sabe e disse muito bem, senhor deputado, em que a dívida, tem 700.000€ de juros, aumentou exponencialmente, como sabem; deveria ser muito abaixo e mais aquilo que é a situação económica e financeira da Europa e do país, em particular, que nos criam constrangimentos. O dinheiro que vai para os juros já não vai para investimento; o dinheiro que vai para a revisão extraordinária de preços das obras já não vai para investimento; o dinheiro que vai para os salários dos funcionários aumentou consideravelmente, e bem, porque, efetivamente, em Portugal, ganhamos pouco, mas tirou ao orçamento e não vai para o investimento.-----

-----E pode dizer que é uma nova realidade o que nós estamos agora a viver, mas, há uma coisa que os senhores deputados têm que se lembrar, é agora e daqui por dois anos vai ser igual. O próximo executivo, seja ele quem for, vai viver o mesmo drama que estamos a viver hoje. Por exemplo, neste momento, esta é a realidade, estamos dependentes dos quadros comunitários. E deixem-me dizer, porque é aquilo que eu faço e espero que o próximo executivo faça igual, espero que nos próximos sete anos a dívida aumente, pois quer dizer que nós vamos a jogo nos quadros comunitários. Depois, seremos ressarcidos daquilo que é investimento que fizemos. Claro que uma parte dessa "tática política" já não serei eu a fazê-la, mas espero que quem vier a seguir e que os senhores deputados, independentemente de quem esteja no poder, seja o partido A, B ou C, não interessa, percebam que é preciso, nessa medida, alguma solidariedade política. Porque aquilo que vocês querem, seja qual for a bancada, aquilo que eu também quero, é podermos olhar para as coisas e desenvolvê-las de forma diferente. Aliás, eu costumo dizer que, em termos políticos

eu tenho um espectro muito alargado, tanto posso ser liberal, como de esquerda, quero é ajudar quem precisa. -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Senhor Presidente da Câmara Municipal, fiquei agradado com as suas palavras, mas explico que não há contradições da minha intervenção. No 25 de Abril, efetivamente, eu intervim relativamente àquilo que se passou no atual orçamento e não sobre o que estamos a falar. E gosto da sensibilidade do senhor Presidente da Câmara, relativamente às juntas, situação essa que não se viu este ano e, por isso, é que eu falei disso. É pena que todo o executivo, designadamente quem tem a responsabilidade de tutelar as juntas de freguesia, não tenha essa mesma sensibilidade que o senhor Presidente. Sendo que, com esta sua intervenção, certamente vai começar a ouvir também o Senhor Presidente de Câmara e ficarei muito agradado, porque essas palavras que proferiu, relativamente às juntas de freguesia, são absolutamente essenciais. É pena ter ficado sem essa tutela, ou ter delegado essa tutela. Aquilo que eu digo, quando falo de folgas orçamentais, tem a ver com aquelas pequenas coisas, como, por exemplo, ali junto ao Modelo, existe um muro em derrocada, há algum tempo. São essas pequenas coisas, senhor Presidente, são estas pequeninas obras que fazem, às vezes, toda a diferença, porque está em causa a segurança das pessoas. -----

----- Agora, outra coisa que tem a ver com a despesa corrente, a aquisição de bens ou serviços. Já estou a perceber que estive a fazer essa diligência junto do senhor Vice-Presidente, para acautelar a questão das juntas de freguesia. Ora bem, relativamente a uma coisa da última reunião de Câmara, por exemplo, sobre a questão das Termas, nós ainda não temos o estudo da forma de gestão, estudo esse que já andamos a pedir há algum tempo, sobre como deveríamos gerir aquilo.

Estamos a falar de que, desde 2016, até hoje, cerca de 4,5 M€ em gestão direta, em gastos com as Termas, por exemplo. Mais ou menos 30.000€ por mês, desde que as Termas foram abertas ao público. E, portanto, estas pequenas coisas - não estou a dizer que a gestão não deve ser direta -, a questão aqui é perceber qual é a análise que fazemos e o que é que deveríamos fazer em relação a esse dossiê. Porque o que eu vi foi uma abertura de um procedimento concursal, e bem, para consolidar as pessoas, se bem que, na gestão de recursos, poderíamos fazer de forma muito mais intensa e melhor. Por exemplo, ainda agora com a questão da prestação de serviços para recolha de resíduos, o que é certo é que vamos ter cerca de 70 assistentes operacionais que podem ser alocados a outros serviços. E, por essa forma, também fazer uma boa gestão, uma gestão equilibrada dos recursos humanos, o que já nos protege, em termos de despesa corrente. Mas pronto, era só estas notas que tinha a dar, ficando muito agradado pelas palavras do senhor Presidente, mais uma vez. E os senhores presidentes de junta, de todos os quadrantes políticos, certamente ficarão muito contentes com isto. Atenção, não estou a dizer que são só os do PS, são todos os presidentes de junta que ficam agradados com as palavras do senhor presidente e é sempre bom estar a fazer pedagogia, senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Só para dar duas ou três breves notas, relativamente às Termas. Efetivamente, a gestão das termas vai passar a ser da Câmara Municipal. Foi avaliado aquilo que era a gestão, até agora, em que deu para aprendermos um pouco, relativamente ao que era a gestão termal, e, neste momento, está a ser preparado um procedimento concursal para recrutar alguns técnicos. -----

-----Eu tenho aqui várias dimensões sobre o que, na altura, foi refletido. Isto tem algumas vantagens ser de gestão municipal, no que tem a ver com controlo direto,

o foco no interesse público, a flexibilidade e adaptação, bem como a integração com políticas locais. Para não os estar aqui a maçar, posso fazer chegar - os senhores vereadores também já me tinham solicitado - aos senhores líderes das bancadas, aquilo que foi a nossa reflexão sobre estas dimensões. No fundo, resultam da aprendizagem que tivemos e com aquilo que é a política, aquilo que nós queremos em termos do funcionamento das Termas. Achou-se por bem que internalizar o serviço seria bom. Estamos a falar de termas de pequena dimensão, não tem nada a ver com as de Chaves ou de São Pedro do Sul. É uma dimensão completamente diferente, em que nós, aqui, o foco principal é a questão da saúde, na qual as Termas respondem completamente àquilo que é o nosso propósito para a cidade de Amarante e para aqueles que nos visitam. A questão do bem-estar, também estamos agora com vários projetos para desenvolver, até porque tem vindo a crescer muito a procura desta valência. Só para terem uma ideia, já apareceram pessoas de dezassete nacionalidades diferentes a pedir este tipo de serviço. Esta oferta já representa atualmente cerca de 35%, ou seja, as coisas têm vindo a acontecer. Tem vindo a crescer e nós já temos uma pessoa que está diretamente ligada, agora funcionária da Câmara, por via de um concurso, em que faz esta gestão com outro cuidado. Estamos a desenvolver também produtos, em termos de *merchandising*, que também permita aqui alavancar o nome de Amarante. No fundo, é esse o nosso objetivo, mas eu depois farei chegar aquilo que são pequenas notas relativamente ao que foi o pensamento para internalizar os serviços e, portanto, a gestão a partir de agora vai ser interna da Câmara Municipal de Amarante.”-----

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Esta Assembleia até está a correr bem, mas há coisas que eu não posso aceitar e a nossa bancada não aceita. Contrariamente ao que aqui foi dito, nós

reveno-nos totalmente no excelente trabalho que o senhor Vice-Presidente da Câmara está a fazer com as juntas de freguesia. Aliás, eu, pessoalmente, tenho constatado a enorme preocupação que o senhor Vice-Presidente da Câmara tem com as juntas de freguesia, a sua presença contínua nas freguesias, a tentativa de resolver os problemas das freguesias. Por isso, é muito injusto o que foi aqui dito pelo senhor deputado do Partido Socialista, que me antecedeu. Aliás, na senda do péssimo discurso que fez aqui, no 25 de Abril, sem qualquer sentido do dia e da efeméride, ao contrário do senhor vereador do PS, que fez aqui um excelente discurso. E por isso eu venho aqui refutar essas afirmações que fez acerca do senhor Vice-Presidente. Eu sou advogado, não estou aqui como advogado de defesa, mas estou aqui pela justiça. E porque também sei que é uma preocupação permanente do senhor Vice-Presidente, no sentido de apoiar e ajudar as juntas de freguesia.”---

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar, conforme proposta da Câmara Municipal, os documentos finais de prestação de contas do ano de 2023, dos quais constam os elementos identificados no ponto B da informação da DFP, bem como aprovar o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2023 e o inventário dos bens, direitos e obrigações do Município, tudo em conformidade com o estabelecido no ponto 4.1 da Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, e ainda de acordo com os seguintes elementos que daqueles documentos resultam:-----

-----Balço-----
-----Total do ativo: 167.349.282,69€ -----
-----Total património líquido/capital próprio/fundo social: 139.191.311,12€ -----
-----Total passivo: 28.157.971,57€ -----
-----Demonstração de Resultados (DR) -----
-----Total de Rendimentos: 44.540.859,88€ -----

-----Total de Gastos: 43.713.042,00€-----

-----Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)-----

-----Total de Recebimentos: 44.232.611,35€-----

-----Total de Pagamentos: 46.324.996,29€-----

-----Desempenho orçamental (DDO)-----

-----Total de Recebimentos: 44.232.611,35€-----

-----Total de Pagamentos: 46.324.996,29€-----

-----Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental-----

-----Saldo inicial de operações orçamentais: 5.740.115,92€ -----

-----Saldo final de operações orçamentais: 3.647.730,98€ -----

-----Saldo inicial de operações de tesouraria: 2.255.556,31€ -----

-----Saldo final de operações de tesouraria: 2.154.830,15€-----

-----Mais deliberou, aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício positivo (827.817,88€) do ano de 2023, 95% em resultados transitados (786.426,99€) e 5% em reservas legais (41.390,89€).-----

-----Esta deliberação foi tomada por: 28 votos a favor, 20 abstenções, do Grupo Político Municipal do PS, e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

4. 2.ª Alteração (Revisão) Orçamental Modificativa - Inclusão de novos projetos e reprogramação das GOP's 2024, repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual; retificação de classificações orçamentais - (Registo n.º 3011/2024/04/16). -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“É só para dar nota de que, à semelhança do que temos feito no orçamento e na incorporação de saldos de gerência, o Partido Socialista vai abster-se na votação deste ponto, sendo que, como dissemos também, o montante apurado, poderia ter sido acrescentado a outras instituições, as quais poderiam efetivamente fazer um trabalho de maior proximidade, como já foi largamente discutido.”-----

-----**O senhor deputado André Magalhães, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Só para dizer que o sentido de voto do Partido Social Democrata é de aprovar favoravelmente este ponto.-----

-----Eu fiquei na dúvida sobre o que tinha sido dito na parte final da intervenção do senhor deputado Cândido Zoio, mas quero dizer novamente que votaremos favoravelmente este ponto.”-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou aprovar a segunda revisão/alteração orçamental modificativa, para inclusão de novos projetos e reprogramação das GOP’s 2024, repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual e retificação de classificações orçamentais, conforme proposta da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por: 27 votos a favor, 20 abstenções, do Grupo Político Municipal do PS, e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto a senhora Presidente de Junta da Freguesia de Telões, do Grupo Político Municipal do PSD, por se encontrar ausente da sala.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos,

por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto a senhora presidente de Junta da Freguesia de Telões, do Grupo Político Municipal do PSD, por se encontrar ausente da sala. -----

5. Contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aquisição de terrenos para zonas de acolhimento empresarial - (Registo n.º 1952/2024/03/11).-----

----- Não se registaram inscrições para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou autorizar a contratação do empréstimo de médio/longo prazo e a sua adjudicação à entidade Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, segundo as condições constantes da sua proposta, datada de 01 de abril de 2024, no montante de 1.200.000€ (um milhão e duzentos mil euros), para aquisição de terrenos para zonas de acolhimento empresarial, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

6. Designação dos júris dos procedimentos de recrutamento, seleção e provimento de cargos de direção intermédia do Município de Amarante - (Registo n.º 2926/2024/04/15).-----

----- Não se registaram inscrições para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberou aprovar a designação dos júris de recrutamento para os cargos dirigentes a recrutar no ano 2024, de acordo com a

proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

7. Desafetação de parcelas de terreno do domínio público municipal -

(Registo n.º 11336/2023/12/28).-----

----- Não se registaram inscrições para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a desafetação do domínio público municipal dos prédios identificados no processo, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

8. Reconhecimento de interesse público municipal – Requerente: Quartos de

Lobos, I.T.I., Unipessoal, Lda. - Local: Quinta de Pousadela – União das Freguesias de Olo e Canadelo - (Registo n.º 219/24 CIM).-----

----- Não se registaram inscrições para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou declarar de relevante interesse público municipal o Hotel Rural Quinta da Pousadela, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

9. Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações | Relatório anual | 2023 – (Registo n.º 1472/2024/02/23) – Para conhecimento. -----

-----Não se registaram inscrições para usar da palavra. -----

-----O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

10. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Relatório de avaliação do ano de 2023 – (Registo n.º 2842/2024/04/12) – Para conhecimento. -----

-----Não se registaram inscrições para usar da palavra. -----

-----O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

-----Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram onze horas e dez minutos. -----

-----Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 21.06.2024, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

